



## POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMUNICAÇÃO

### Alguns referenciais teóricos e práticos de um problema mais amplo do que se pensa

**Luiz Signates<sup>1</sup>**

UFG / CNPq

**Resumo:** Este trabalho discute a questão das políticas públicas de comunicação a partir de uma perspectiva que busca superar uma concepção instrumental de comunicação, contida em praticamente todos os estudos a respeito do assunto. Para isso, parte-se de uma concepção pragmática do processo comunicativo, relacionando as práticas efetivas da comunicação às condições de possibilidade da democracia e ao estudo da emergência de novas esferas públicas, nas quais os aparatos de mídia constituem um – mas não o único – elemento, seja em sua manifestação como ator, seja como espaço de disputas dos processos de significação política, em trânsito na sociedade brasileira. Nesses termos, procura-se construir a idéia de comunicação como política pública.

**Palavras-chaves:** Comunicação e esfera pública, Políticas públicas de comunicação.

### Introdução

Não há no Brasil uma articulação teórica e, muito menos, uma experiência prática consolidada de comunicação como política pública. E isso ocorre por algumas razões que nos parecem claramente visíveis: nas universidades, a área da comunicação ainda é um campo insipiente de estudos; o senso comum ainda se prende ao famoso – porém simplista – modelo E/R, derivado do behaviorismo clássico e que formula uma apreensão funcionalista e condutivista das relações sociais simbolicamente mediadas; a democracia brasileira é ainda incipiente, o que impede que a comunicação se consolide como política de participação; a elite dirigente do país tem a tradição e o costume de privatizar o Estado, não apenas eliminando a distinção entre público e privado, mas submetendo a coisa pública aos interesses

---

<sup>1</sup> Luiz Signates é pesquisador e professor adjunto da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da UFG e da Faculdade Cambury. Jornalista, tem especialização em Políticas Públicas (UFG) e mestrado (UnB) e doutorado (USP) em Ciências da Comunicação. Atualmente, é líder do Núcleo de Pesquisas em Comunicação e Política – NPCP (UFG/CNPq), presidente da Fundação de Rádio e TV Educativa e Cultural da UFG, e coordenador dos cursos de especialização em Marketing Político da UFG, do curso de Publicidade e Propaganda da Faculdade



privados (há, neste caso, uma importante discussão sobre o próprio conceito de “público”, como diferente de “estatal”, que, contudo, não faremos aqui); os sistemas de comunicação no Brasil foram construídos como redes privadas e se tornaram grandes organizações de mídia com enorme capacidade de chantagem sobre a classe política. Essas considerações não são exaustivas, porém cada uma delas merece desdobramentos que não cabem todos neste texto, mas que devem ser estudados, a fim de abordarmos o problema de forma consistente.

Este trabalho pretende abordar esse problema, de forma eminentemente crítica, procurando perceber tanto algumas lacunas teóricas existentes, quanto deficiências efetivamente existentes nas práticas de políticas de comunicação dos governos brasileiros, tanto à direita, quanto à esquerda do espectro político. Trata este texto do arrazoado teórico de um programa integrado de pesquisa, que vem sendo efetuado pelo Núcleo de Pesquisas em Comunicação e Política – NPCP, Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás. Como tal, soergue uma conceituação fundamental que indica como objeto principal da pesquisa a investigação sobre as condições de possibilidade de uma política de comunicação capaz de trabalhar na perspectiva da comunicação como política pública.

## **1. Política pública: um primeiro ajuste conceitual**

Define-se a política, de forma geral, como sendo a “resolução pacífica de conflitos” (Rua, 1998, p. 231), ou, de forma mais específica, a substituição da violência pela linguagem, no processo de administração das relações humanas (Habermas, 1976). O conceito de política, desde a experiência da ágora grega até a fundação do Estado de Direito moderno, constituem um dos âmbitos da célebre distinção entre público e privado, caracterizando tudo aquilo que diz respeito àquele primeiro pólo da dicotomia. Com a divisão hegeliana Estado/sociedade civil, como um subproduto da diferenciação entre Estado e economia, o conceito de público passou a ser reservado às instituições e atividades tipicamente estatais. Emerge, assim, a noção de *política pública* como definidora das ações sistêmicas relacionadas ao Estado ou que

implicam em ação do Estado sobre a sociedade. Assim, por exemplo, como define Rua (1998, p. 232),

*“... as políticas públicas são ‘públicas’ – e não privadas ou apenas coletivas. Sua dimensão ‘pública’ é dada não pelo tamanho do agregado social sobre o qual incidem, mas pelo seu caráter ‘imperativo’. Isso significa que uma de suas características centrais é o fato de que são decisões revestidas da autoridade soberana do poder público” (grifo nosso).*

Define-se ainda a noção de política pública, conforme esta autora, como algo distinto da noção de “decisão política”. Enquanto a decisão política significa uma escolha, entre alternativas disponíveis, a política pública envolve bem mais do que isso, pois decorre de inúmeras decisões coordenadas de tal forma a se especificarem numa estratégia política. Assim, compreende-se que toda política pública implica necessariamente em decisão política, mas nem toda decisão política constitui obrigatoriamente em políticas públicas.

A noção de política pública, portanto, vincula-se hoje fortemente ao caráter sistêmico do Estado, e, como tal, à necessidade imperativa de administração da dominação estatal sobre a sociedade. Seja na forma de atendimento a supostas demandas ou necessidades sociais, seja como resultantes do conflito entre os agentes políticos envolvidos nas tomadas de decisão estatais, o caráter das políticas públicas é prioritariamente sistêmico-administrativo, embora ainda prevaleça, de certo modo irresolvida, a questão da definição do *interesse público*, como aquilo que especifica uma política como autenticamente pública.

Esse enraizamento da noção de público ao conceito de Estado obriga-nos a um esforço crítico no sentido de contextualizar o debate teórico. No mundo capitalista contemporâneo, o Estado deixou de ser o ator por excelência da dimensão pública, para tornar-se um ator a mais – embora seja imprescindível admitir que jamais foi inteira ou principalmente substituído por qualquer outra instituição, sendo, ainda, indiscutivelmente, o “principal” ator –, com crescentes dificuldades de fazer frente à complexificação da sociedade. Desde então, a noção de público tem se tornado cada vez mais estendida. Noções como “opinião pública”, “esfera pública” ou “espaço público” têm deixado cada vez mais de se referir especificamente ao âmbito do Estado (Habermas, 1962, p. 13; Bobbio, 1985, p. 27). Mais recentemente, construiu-se a noção de “terceiro setor” (Salomon e Anheier, 1992; Fernandes, 1994), exatamente para denominar aquelas organizações ou movimentos que advogam o “interesse



público” ou mesmo o promovem por ações práticas, mas não fazem parte do sistema do Estado.

## **2. Esfera pública: uma noção imprescindível para pensar a política pública**

A noção de esfera pública tem sido considerada cada vez mais indispensável, ao se tratar de democracia e de políticas públicas. Entretanto, parece necessário conferir precisão a este conceito, a fim de que não se torne um mero conceito-proteu, cuja finalidade se torna tão somente legitimatória, utilizável para os mais diferentes propósitos.

Para Benhabib, há pelo menos três modelos teóricos de esfera pública, em concorrência: a republicana, derivada das formulações de Hannah Arendt; a liberal, obtida pela teorização de Ackerman; e a discursiva, surgida do trabalho de Jürgen Habermas. Na crítica dessa classificação, Costa (2002, p. 16) menciona a ênfase daquela autora na pertença teórica desses autores, e adota outro critério, o das possibilidades e características atribuídas às próprias esferas públicas, chegando, assim, a duas linhas de argumento: a esfera pública como mercado e a forma discursiva de esfera pública.

Em outras palavras, a esfera pública pode ser definida, primeiro, como palco de encenação política, caracterizada pela centralidade conferida aos meios de comunicação de massa e a ênfase à impossibilidade factual de entendimento comunicativo em seu interior, razão pela qual trata-se, nesse caso, da

“...disputa pelo controle do acervo de recursos simbólicos disponíveis, já que é a eficácia na manipulação de tais recursos, e não os méritos de conteúdo das diversas mensagens apresentadas, que moldará as preferências (políticas, de consumo, estéticas etc.) das massas” (Costa, idem, ibidem).

A esfera pública igualmente pode ser percebida a partir do conjunto de suas instâncias constitutivas (não apenas a mídia, mas igualmente as organizações da sociedade civil, as redes de comunicação interpessoal etc.), a fim de que vislumbre “...a possibilidade de formas discursivas de comunicação pública, relativizando-se, portanto, a ação manipuladora dos meios de comunicação de massa” (Costa, idem, ibidem).

No Brasil, conforme Costa (2002, p. 29 e seg.), a noção de esfera pública sempre foi tematizada a partir de sua inexistência, mas, com a democratização, cresce a convicção de que emerge um espaço público no país. Para este autor, os pesquisadores da área de comunicação e os cientistas políticos influenciados pelo pluralismo tendem de forma majoritária a ver a esfera pública estritamente como mercado de opiniões em disputa, controlado pelos mais poderosos atores da sociedade. Entretanto, ele observa que começa a se difundir a visão de que

“... o espaço público não constitui mero palco de encenação política, mas um lugar ambivalente da topografia social, no qual, de um lado, as relações de poder são reproduzidas, de outro, inovações sociais são legitimadas (...)” (Costa, 2002, p. 32).

Sérgio Costa é especialmente crítico de um modelo de esfera pública no qual esta instância da sociedade seja percebida como mero entorno do Estado. Sua crítica se dirige, particularmente, a formulações como a de Tarso Genro, da *esfera pública não-estatal*, que inspiraram as práticas de orçamento participativo dos governos do PT no Brasil (Genro e Souza, 1997). Em Genro, aquele autor percebe uma influência da versão republicada de esfera pública e questiona uma apreensão da esfera pública como “ante-sala” do Estado. Sua crítica dirige-se tanto à percepção de que as associações civis e organizações voluntárias são pressupostas como portadoras de interesses generalizáveis, quanto ao risco de que a esfera pública, de não-estatal, se transforme de fato em paraestatal, ou “em mais uma arena institucional vulnerável à instrumentalização pelo Estado, pelos partidos e pelos políticos” (Costa, 2002, p. 33).

### **3. Políticas públicas, a desconfiança do Estado e a comunicação**

Deve-se observar, na crítica de Sérgio Costa, que um dos seus pressupostos sustentadores acaba sendo a generalizada e crescente desconfiança em relação ao Estado e à sua capacidade de cumprir o papel que lhe fora destinado pelos primeiros teóricos. Alinha-se, nesse sentido, esse autor ao conjunto dos teóricos de influência habermasiana, para quem o Estado contemporâneo é sistêmico, diferindo e conflitando com a dimensão do mundo da



vida, ou das formações sociais e discursivas constituídas pelas redes de relações intersubjetivas sustentadoras das culturas, personalidades e sociabilidades.

Em complemento à teorização procedida de Habermas, pode-se dizer que diversos fatores contribuíram para fragilizar o Estado, no mundo contemporâneo, entre os quais, tendo em vista a especificidade deste trabalho, dois elementos merecem destaque, e de maneira interligada: a mundialização da economia e o avanço e a globalização das tecnologias de comunicação. O destaque a esses dois elementos não são apresentados aleatoriamente; vinculam-se também a uma formulação teórica específica, amparada na teoria habermasiana de sociedade, após uma reflexão crítica nascida da questão da estruturação das instituições de poder simbólico, em especial as de comunicação social (Signates, 2001).

Em rápida síntese, pode-se afirmar, a partir de uma teoria habermasiana de sistemas, que a relativização do poder do Estado na sociedade capitalista contemporânea nasceu da forte institucionalização sistêmica da economia, fazendo surgir um conflito intersistêmico de proporções mundiais, dentro do qual tornou-se crescente a colonização do Estado pela economia. Tais sistemas (ou, mais precisamente, sub-sistemas), contudo, enraízam-se no mundo da vida, igualmente colonizando-o; entretanto, emerge desta esfera uma outra forma de poder que rapidamente se institucionaliza, em meio a relações de alta complexidade tanto com os sistemas do Estado e da economia, quanto com a esfera pública, no âmbito do mundo da vida: as instituições de poder simbólico, que fundam novas formas de relação e de integração social (Bourdieu, 1989; Thompson, 1995), e igualmente estendendo-se, por meio do desenvolvimento das tecnologias eletrônicas, por todo o mundo, embora de forma extraordinariamente desigual (Castells, 1996). A combinação entre a mundialização da economia capitalista e a globalização dos bens simbólicos, ambos viabilizados pela materialidade das tecnologias de comunicação, contribuíram para tornar extremamente frágeis os Estados-nações, especialmente aqueles que não dispõem de grande capacidade de controle sobre os capitais internacionais e as tecnologias eletrônicas.

Não parece haver muita dúvida quanto à questão da colonização econômica do Estado, cuja atuação, em todos os sentidos, desde a regulatória e até a diplomática, sintoniza-se cada vez mais com os interesses empresariais que custodiam as campanhas políticas e privatizam as estruturas de decisão governamental. Tal colonização, porém, não se dá sem conflito. Constrói-se, nesse campo, a crescente necessidade de políticas públicas capazes de garantir a



afirmação da cidadania contra a miséria, contra as injustiças sociais, mesmo que já não se encontre no Estado, nem a vontade política, nem as condições de solução desses problemas, fora de parcerias – igualmente contraditória – com as organizações privadas ou semi-públicas (ONGs, OSCIPs etc.).

Por outro lado, os conflitos vinculados às estruturas sistêmicas de poder simbólico, em especial à mídia, têm extraordinária dificuldade de serem reconhecidos como espaços onde devem caber igualmente políticas públicas, socialmente orientadas. No Brasil, esse problema se manifesta em todos os âmbitos, desde as formulações teóricas acerca da questão da comunicação estatal (normalmente teorizada no campo da discussão profissional das “relações públicas”), até o da aplicação política e da estruturação normativa e burocrática das funções das secretarias de comunicação nas esferas e níveis de governo. Quase que invariavelmente, a comunicação é sempre vista e aplicada a partir de um prisma instrumental funcionalista, mesmo quando não eivada de vícios de corrupção e clientelismo, que marcam, por exemplo, desde as diferentes formas de concessão de canais de rádio e televisão no país, até as políticas de ocupação de espaços comerciais e jornalísticos na mídia instituída.

Exige-se, portanto, uma nova e mais adequada sistematização conceitual, na qual a comunicação seja percebida como política pública, inclusive e sobretudo aquela praticada a partir de instituições estatais, sem, contudo, uma apreensão instrumental-funcionalista de seus processos e sem que os espaços discursivos surgidos a partir das redes de interação de caráter mediado ou face-a-face (Thompson, 1995) sejam admitidos ou tratados como meros entornos do sistema estatal.

#### **4. Política pública de comunicação: a necessidade de uma formulação conceitual alternativa**

A literatura sobre políticas de comunicação no Brasil é parca e insuficiente, sobretudo no sentido de uma teorização consistente que trabalhe a temática da comunicação como política pública. Os trabalhos existentes, produzidos por diferentes pesquisadores, restringem-se, na maioria das vezes, à história e à análise do marco regulatório das concessões de rádio e televisão e das telecomunicações no Brasil, onde as políticas clientelistas sempre dominaram. Há, ainda, hoje, uma já copiosa bibliografia esparsa no campo da comunicação política, na

trilha dos estudos da ciência política relativos às campanhas eleitorais, que, com o processo de democratização, ganharam enorme importância no país.

Não se encontram, contudo, estudos efetivos e consistentes relacionados ao desenvolvimento de políticas públicas de comunicação, senão alguns, geralmente vinculados à prática das chamadas relações públicas, que adotam a perspectiva não raro instrumentalista da administração, ou outros, relacionados aos estudos de sociologia da comunicação política, que admitem o marketing político como área de abrangência mais ampla do que o marketing eleitoral, mas ainda estão, em sua maioria, orientados para o processo de formação e manutenção de imagem dos políticos profissionais, dentro e fora do exercício dos cargos públicos, o que igualmente não foge de uma perspectiva instrumentalista da comunicação.

Raros são os pesquisadores e teóricos no Brasil que tematizaram a ação de comunicação dos governos como campo de possibilidades de políticas públicas, para além da mera propaganda governamental ou da prática do clientelismo nas relações com a mídia. Um caso recente e interessante é o de Heloíza Matos, para quem há quatro conceitos de comunicação, ligados a essa esfera: comunicação política, comunicação governamental, comunicação social e comunicação pública (Matos, 1997, 1998 e 1999). Comunicação política envolve toda e qualquer relação Estado/sociedade, mediatizada ou não; comunicação governamental se refere às redes formais de comunicação das organizações públicas, caracterizadas pela propaganda ideológica; comunicação social é um conceito amplo, cunhado pela Igreja, em uma encíclica papal, que se reveste de uma abordagem social, pedagógica e, até, religiosa; e, por fim, a comunicação pública diz respeito diretamente às relações de comunicação no âmbito da consolidação da democracia, envolvendo noções de enorme importância e grande atualidade, como participação popular, direitos humanos, cidadania e esferas públicas.

Na verdade, a idéia de “comunicação pública” decorre da experiência européia de estruturação estatal dos sistemas de radiodifusão, mais do que a da americana e da brasileira, nas quais o domínio privado se estabelecera desde o início e construiu-se como um poder institucional capaz de impor valores tanto à esfera da cultura, quanto à da política. Eis porque, como afirma Heloíza Matos,

“no Brasil, a comunicação sempre manteve a tendência de ser pensada e se constituir como comunicação social, enquanto que, na Europa dos anos 80, começou a ser

trabalhado o conceito de comunicação pública. Este conceito se remete ao processo de comunicação instaurado em uma esfera pública que engloba o Estado, governo e sociedade, espaço de debate, negociação e tomada de decisões relativas à vida pública nacional” (Matos, 1997, p. 3).

Pensar, pois, a comunicação como política pública é um desafio de grande contemporaneidade. Entretanto, não há ainda uma articulação teórica consistente capaz de abranger a dinâmica e as peculiaridades dessa conceituação, nem tampouco existe uma crítica pertinente do modo como se estabelecem, no Brasil, as estruturas estatais de comunicação, em seus vários aspectos, a partir de uma perspectiva das políticas públicas de comunicação. É nessa lacuna que se localiza a proposta contida neste trabalho. E procura fazê-lo considerando dois pontos de vista, que não são obrigatoriamente complementares, mas que, nos termos da perspectiva teórica aqui adotada, parecem necessários. O primeiro é o estudo da relação Estado-sociedade pela perspectiva da comunicação, num movimento teórico de superação de uma visão técnico-instrumental dos processos comunicativos. O segundo, o do estudo das condições de possibilidade da emergência, no Brasil contemporâneo em fase de consolidação democrática, de novas esferas públicas surgidas do próprio processo de organização social, num quadro que evite identificar a concepção de esfera pública como mero entorno do sistema estatal. Assim, procura-se aqui produzir um quadro profundamente crítico à visão estratégico-instrumental da comunicação, cujo modelo opera reducionismos hoje inaceitáveis, de caráter funcionalista e transmissionista. Torna-se, destarte, uma exigência importante produzir ao menos um quadro criterial mínimo de referência à percepção da comunicação como política pública, como direito de cidadania e como ética pragmática dos contextos de consolidação da democracia nas sociedades contemporâneas.

Há, portanto, pelo menos dois tipos de problemas a serem tratados pela abordagem dessa problemática: a questão teórica e a prática. É, contudo, incorreto e ingênuo separar essas dimensões do problema da comunicação, já que, certamente, uma abrange a outra: a lacuna teórica decorre de uma experiência histórica e política específica e esta tende a se reproduzir por conta da reflexão imatura a respeito de seus fundamentos. Em termos pragmáticos, parece interessante constatar como, na clássica divisão entre “direita” e “esquerda”, do espectro político, quando abordamos o problema da comunicação, apenas os “conteúdos” se alteram, mas as práticas – e, por conseguinte, o pensamento sobre comunicação – partem dos mesmos



princípios. Observe-se, por exemplo, as estruturas e processos que ordenam as assessorias e secretarias de comunicação, e ver-se-á que, em todas elas, sem exceção, os problemas e soluções são idênticos: trata-se sempre de galvanizar os recursos do Estado para colonizar a mídia em função dos interesses da equipe dirigente, travando-se, não raro, exclusivamente aí as diversas lutas políticas. É óbvio que esses “interesses” trazem diferenças ponderáveis, entretanto, os pressupostos referidos às relações com a mídia e desta com a sociedade são os mesmos: é sempre de dominação que se fala. Em outras palavras, **a comunicação é sempre vista de forma instrumental, apenas pela perspectiva do uso das técnicas e dos meios, pelos quais se imagina que transitem mensagens dotadas de poder.** Nesses termos, comunicação é quase sempre não mais que publicidade de governo.

Essa visão empobrecida do processo comunicativo se completa de forma trágica com o historicamente conhecido uso clientelista e patrimonialista do instrumento da concessão como forma de manter a classe dirigente como proprietária dos canais, aparatos e organizações de comunicação, em especial o rádio e a televisão. O caso mais vergonhoso nesse sentido, sem dúvida, ocorreu com o governo Sarney, que, por meio de seu ministro das comunicações, Antonio Carlos Magalhães, no primeiro semestre de 1988, outorgou a 91 constituintes nada menos que 135 emissoras de rádio e 30 de televisão, a troco de mais um ano de mandato. Isso poderia ser até considerado irrelevante, se não se considerar que, durante esse longo mandato, foram licenciadas nada menos que 1028 emissoras, número maior do que a quantidade total de outorgas feitas durante toda a história do país até aquela época (Motter, 1994).

A legislação modificou-se, ao longo dos dois mandatos de FHC, mas, se foram alterações que tocaram nas condições de acesso privado à mídia, nem por isso significaram um processo de democratização, já que persistem os critérios em que prevalecem intocados os interesses privados da grande mídia. E, além disso, permanecem enormes problemas irresolvidos, como a proibição de que instituições públicas de elevado interesse público e dotadas de autonomia constitucional, como as Universidades federais, possam ter concessões. Prosseguem, igualmente, as indefinições no que respeita à radiodifusão comunitária e educativa, compondo, enfim, um quadro final no qual pode-se facilmente observar, desde a década de 1960, a enorme força política dos lobbies das empresas de comunicação e, mais recentemente, da chamada “bancada evangélica” no Congresso Nacional, a qual ocupa, hegemonicamente, na atual legislatura, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e



Informática. A recente instalação do Conselho de Comunicação Social, como órgão meramente consultivo do Senado Federal, pouco resolve essa questão, nem mesmo no atual quadro político, em que a esquerda governa o país, uma vez que as negociações para a “governabilidade”, feitas pelo PT, implicaram na entrega da área de comunicação para os setores mais conservadores da sociedade política brasileira.

O que principalmente se depreende desses dados é que **comunicação não é tratada como política pública no Brasil**. E, como pretendemos haver entremostrado, isso ocorre especialmente porque não há bases teóricas e força política para que essa dimensão seja sequer compreendida. Em outras palavras, não há, no plano político, uma correlação de forças favorável à sociedade no espectro das decisões de governo, capazes de fazer valer, sequer nos governos de esquerda, uma prática mais nítida e democrática dos processos comunicacionais. E também pode se constatar a ausência, no plano teórico, de referenciais adequados para fazer nascer delimitações discursivas e ideológicas capazes de alimentar a configuração de um campo comunicacional no qual a comunicação seja viabilizada como política de proteção e apoio ao exercício da cidadania e da emancipação social.

Eis porque faz-se necessário um esforço capaz de reunir o mundo acadêmico e as instâncias políticas progressistas do país, a fim de produzirem um pensamento e, sobretudo, uma pragmática de esquerda em relação à comunicação, e oferecerem as bases analíticas e propositivas para as lutas específicas relacionadas, por um lado, à democratização da comunicação e, por outro, às condições comunicativas de soerguimento e sustentação da própria democracia. Nesse sentido, o principal problema a ser enfrentado é o de superar uma visão meramente instrumental da comunicação, seja politizando radicalmente o debate (fazer comunicação é, desde o princípio, fazer política), seja construindo uma visão ampliada do processo comunicativo, desgarrando-o do modelo emissor/receptor, e inserindo-o como uma ética política transformadora inscrita nas próprias relações sociais e observando-o, portanto, como condição de existência da própria sociedade democrática. Tal discussão toca questões seriíssimas da teoria política, especialmente a da crise da democracia representativa, a dos limites e possibilidades das práticas participativas, a da relação Estado/sociedade, a das novas esferas públicas, a dos novos movimentos sociais etc. Evidentemente, o escopo desse debate supera, em muito, as possibilidades deste texto, mas a simples menção de sua amplitude parece-nos suficiente para indicar a abrangência desta temática.



## Referências bibliográficas

- BOBBIO, Norberto (1985) **Estado, governo, sociedade:** para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1995.
- BOURDIEU, Pierre (1989) **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- COSTA, Sérgio (2002) **As cores de Ercília:** esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais. Belo Horizonte: Humanitas.
- CASTELLS, Manuel (1996) **A era da informação: economia, sociedade e cultura** (V. 1, 2 e 3). Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1999.
- FERNANDES, Rubem C. (1994) **Privado, porém público: o terceiro setor na América Latina.** Rio de Janeiro : Relume-Dumará.
- GENRO, Tarso; SOUZA, U. (1997) **Orçamento participativo.** São Paulo: Perseu Abramo.
- HABERMAS, Jürgen (1962) **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa.** Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1984.
- HABERMAS, Jürgen (1976) O conceito de poder em Hannah Arendt. In: FREITAG, Barbara; ROUANET, Sérgio P. **Habermas.** São Paulo: Ática, 1993. (p. 100-118)
- MATOS, Heloíza (1997) **Propaganda governamental e redemocratização no Brasil: 1985-1997.** Internet: <http://sites.uol.com.br/jorgealm/heloiza.html>
- MATOS, Heloíza (1998) **Desafios da comunicação pública no processo de democratização no Brasil.** Internet: <http://www.intercom.org.br/gtco/mattos.htm>
- MATOS, Heloíza (1999) **Comunicação pública, democracia e cidadania: o caso do Legislativo.** Belo Horizonte: XXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom 99.
- MOTTER, Paulino (1994) **A batalha invisível da Constituinte: interesses privados versus caráter público da radiodifusão no Brasil.** Brasília: UnB. (Dissertação de Mestrado)
- RUA, Maria das Graças (1998) Análise de políticas públicas: conceitos básicos. In: RUA, Maria das Graças; CARVALHO, Maria I. V. de. **O estudo da política: tópicos selecionados.** Brasília: Paralelo 15. (p. 231-260)
- SALOMON, Lester; ANHEIER, Helmut K. (1992) In search of the non-profit sector: the question of definitions. In: **Voluntas.** 3/2. Manchester: Manchester University Press.
- SIGNATES, Luiz (2001) **A sombra e o avesso da luz: apropriação crítica da teoria dual de sociedade em Habermas aos estudos contemporâneos de comunicação.** São Paulo: ECA/USP. (Tese de doutoramento)
- THOMPSON, John B. (1995) **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia.** Petrópolis : Vozes, 2002.